



“Uma vida boa é aquela inspirada pelo amor e guiada pelo conhecimento.”

Bertrand Russell



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Justiça garante continuidade do Perse para empresas da base Fecomércio-DF

A Justiça Federal garantiu a manutenção dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) para empresas do Distrito Federal ligadas aos setores de turismo, eventos, hotelaria, bares e restaurantes. Por meio de um mandado de segurança coletivo, decisão da 4ª Vara Federal Cível do DF assegurou alíquota zero de PIS, Cofins, CSLL e IRPJ pelo período integral de 60 meses previsto originalmente pelo programa. Criado durante a pandemia de covid-19, o Perse buscou apoiar a recuperação de atividades fortemente afetadas pelas restrições daquele período. Em abril de 2025, porém, o governo federal encerrou antecipadamente o benefício após considerar atingido o limite de renúncia fiscal estabelecido posteriormente pela legislação.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Compensação de valores já recolhidos

Na prática, as empresas alcançadas pela decisão e que cumpram os requisitos legais do Perse poderão usufruir do benefício até março de 2027. A sentença também reconheceu o direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente após a interrupção do programa. O governo federal ainda pode recorrer da decisão.

Eventos, turismo e restaurantes

A medida beneficia empresas filiadas ao Sindicato das Empresas de Promoção, Organização, Produção e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do DF (Sindevotos-DF), ao Sindicato das Empresas de Turismo do Distrito Federal (Sindetur-DF) e ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (Sindhobar-DF).

“A defesa do ambiente de negócios também passa pela segurança jurídica e pelo respeito às condições estabelecidas para quem investe, emprega e mantém suas atividades no Distrito Federal”

José Aparecido Freire, presidente do Sistema Fecomércio-DF



Edi Alves CB/D.A.Press

Mandado de segurança

A Justiça entendeu que o benefício instituído pela Lei nº 14.148/2021 (Perse) foi concedido por prazo determinado e mediante condições específicas. Por esse motivo, não poderia ser interrompido antes do término dos 60 meses para as empresas que já atendiam aos requisitos estabelecidos pela legislação. O mandado de segurança coletivo foi impetrado pelo Departamento Jurídico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), a pedido dos sindicatos empresariais.

Depois de racha no setor, postos de combustíveis criam nova federação

Lideranças do setor de combustíveis de todo o país se reuniram para a apresentação oficial de uma nova entidade que representa o setor: a Federação Brasileira do Setor de Petróleo e Derivados (Febraspetro). Fundada oficialmente em 12 de agosto de 2026, em Brasília, a entidade nasceu com o objetivo de fortalecer a interlocução institucional dos postos de combustíveis com Executivo, Legislativo e Judiciário. A nova Federação conta com 14 sindicatos distribuídos em nove estados do país, representando cerca de 60% dos postos de combustíveis e quase 70% de todo o volume de combustíveis comercializados no Brasil.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Transição energética

Durante a solenidade de lançamento, o presidente da Febraspetro, Paulo Fernando da Silva, destacou que a entidade nasce para ser dos revendedores de combustíveis no Brasil, enfrentando os desafios da transição energética, da digitalização e da sustentabilidade financeira em um mercado altamente regulado. Segundo ele, o posto de combustível não pode ser o “bode expiatório” da inflação e das crises econômicas.

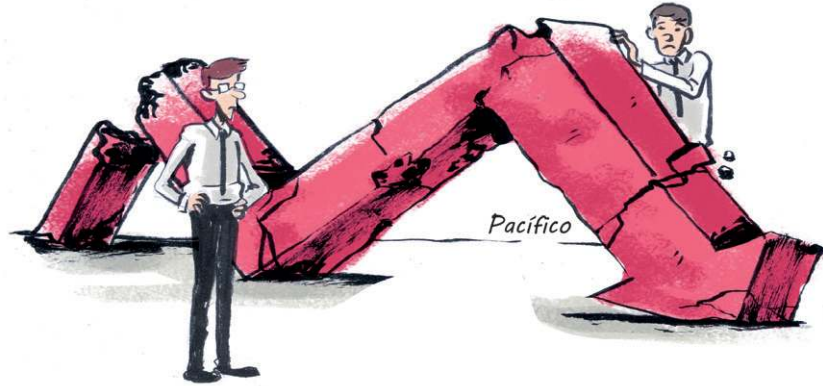
“A prioridade da Federação será a defesa da legalidade e o combate intransigente à concorrência desleal, à sonegação fiscal e às práticas ilícitas que prejudicam o empresário ético”

Paulo Fernando da Silva, presidente da Febraspetro



Queda na projeção do PIB

O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026. Para 2027, a estimativa também foi revisada para baixo, de 2,5% para 2,3%. A revisão reflete principalmente os efeitos dos juros ainda restritivos sobre a atividade econômica, com impacto maior nos setores de serviços e indústria. A equipe econômica também passou a considerar uma trajetória de flexibilização monetária “marginalmente mais gradual” do que a prevista anteriormente.



Desaceleração da atividade econômica

A desaceleração da atividade econômica, da inflação e os efeitos dos juros elevados sobre o crédito e a demanda levaram o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central a reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 14% para 13,75% ao ano. O colegiado destacou que os juros elevados têm contribuído de forma determinante para o processo de desinflação, mas ponderou que a inflação continua pressionada pela demanda.

Eleições 2026

Combate à violência política de gênero

Evento no Tribunal Superior Eleitoral estreitou o debate acerca da violência cometida contra mulheres na política. No DF, correm 12 processos na Justiça Eleitoral, segundo o TSE

» DARCIANNE DIOGO

No Distrito Federal, correm 12 processos na Justiça Eleitoral por violência política de gênero, crime previsto no Art. 326-B do Código Eleitoral, que pune aquele que assedia, constrange, humilha, persegue ou ameaça candidata ou detentora de algum mandato, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os números constam no Painel TSE Mulheres, do Tribunal Superior Eleitoral. A plataforma e o objetivo dela subsidiaram a ação “Violência

Política TEM Gênero”. A mobilização promovida pela Comissão TSE Mulheres, em parceria com a Ouvidoria do TSE e a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), visa fortalecer mecanismos de prevenção, enfrentamento e monitoramento da violência política contra as mulheres. O evento ocorreu ontem, no edifício-sede da Corte, e concentrou autoridades políticas e do Judiciário. Estiveram presentes os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques, também presidente do TSE; e Dias Toffoli; Renata Gil, juíza e diretora de Assuntos Internacio-

nais do TSE; a ministra do TSE Estrela Aranha; a procuradora-regional Raquel Branquinho; e a advogada Fabiana Cristina Ortega, vice-diretora da Escola Judiciária Eleitoral do TSE. Juntas, as autoridades assinaram o marco da ação: o Protocolo de Ação Conjunta voltado ao enfrentamento para esse tipo de crime. “Acreditamos que com o combate à violência, com as punições severas e com a disseminação disso pelo Brasil, incentivaremos a participação feminina desde as Câmaras Municipais e com uma resposta também para a vio-

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Autoridades assinaram o Protocolo de Ação Conjunta voltado ao enfrentamento desse tipo de crime

lência como um todo no Brasil. O TSE tem, hoje, um arcabouço legislativo importante com modernização da legislação. Então, isso é um incentivo à participação feminina na política”, afirmou a magistrada Renata Gil. A juíza espera aumento do número de casos de violência de política de gênero com a disseminação da ferramenta. “Ocorrerá (o aumento) porque a visualização dos lugares onde mais acontecem os casos e as punições acabam gerando um movimento de prevenção. Não quer dizer que em municípios onde não há registros não haja vio-

lência. Pode significar que o sistema não está preparado para isso. O painel vai fomentar a integração dos atores do sistema para colher as denúncias e chegar à efetiva punição dos agressores”, explicou. O painel, que será atualizado gradualmente, soma os processos autuados na Justiça Eleitoral em todo país. São 392 ações. Dessas, tramitam 219, o equivalente a 55,9%. No DF, especificamente, dos 12 tramitam nove. Um segundo painel ostenta as estatísticas totais do número de candidatas e eleitoras do sexo feminino. Neste, a última atualização é de 2024 e

mostra um total de 159 mil candidatas mulheres contra pouco mais de 304 mil homens. O ministro Nunes Marques avalia que os números mostram a dimensão do desafio. “Sabemos que esses dados não necessariamente representam toda a realidade. Muitas mulheres ainda não reconhecem que estão sendo vítimas de violência política. Outras, mesmo sabendo, silenciam diante do medo, da pressão ou da estrutura de poder que enfrentam. Por isso, informação também é proteção”, destacou em sua fala dita antes da assinatura do protocolo.

Obituário | Sepultamentos realizados em 22 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Ahmad Santos Khalifa, 29 anos
Cecília Pitel, 94 anos
Damázio Alves de Oliveira, 76 anos
Daniele de Souza Baricelli, 46 anos
Davi Gomes Araújo, 71 anos
Edmee Lutz Pinheiro Pinto, 67 anos
Ivone Izaltina Maciel Araújo, 71 anos
João Marcus Araújo Gomes Silva, 25 anos
José Evaristo Alves, 81 anos
José Fernandes Jales, 86 anos

Julio Francisco da Silva, 87 anos
Laércio de Souza, 87 anos
Lucia Emilia Veras Muniz, 94 anos
Luiz de Souza Rodrigues, 57 anos
Maria Fátima Lisboa, 73 anos
Moacyr Araújo Conceição, 65 anos
Pedro Lopes Machado, 82 anos
Sonia Maria Dunschee de Abranches Carneiro, 74 anos
Suely de Fátima Caixeta Guimarães, 62 anos

» Taguatinga

Eva Vilma Araújo Reis, 35 anos
Helena Dias dos Santos, menos de 1 ano
Joana Barbosa de Sousa, 70 anos
José Antônio Lisboa Portela, 66 anos
José Maria Braga, 76 anos
José Martins de Campos, 93 anos
Julliana Steffany Veríssimo de Lima, 28 anos
Maria Custódia Peres, 84 anos
Maria de Fátima de Oliveira, 64 anos

Maria de Lourdes de Lima Alves, 87 anos
Maria dos Santos Amaral, 65 anos
Iury Fernandes da Silva, menos de 1 ano
Nilva Alves de Medeiros, 61 anos
Noel Cláudio Nunes de Andrade, 55 anos
Ricardo Barbosa de Siqueira, 46 anos
Valera Lourença de Jesus, 88 anos
Wilson Aparecido da Silva, 48 anos
Zeile Pereira de Aguiar, 79 anos

» Gama

Francisco de Assis Santana, 70 anos

» Planaltina

Antônia Amélia Barbosa, 90 anos
Manoel de Oliveira Duarte, 80 anos
Maria Francisca da Conceição, 89 anos

» Jardim Metropolitano

Augusto Nicolau dos Santos, 84 anos (cremação)
Iris Brito Oliveira, 82 anos
Helton de Andrade, 70 anos
Thiago de Melo Bernardes, 46 anos
Luís Enrique Sclocco, 79 anos